



AUSTERIDADE

QUE HISTÓRIA É ESSA?

**Como o arrocho pode afetar
nossos direitos e como enfrentá-lo**

Que história é essa de austeridade?

Como o arrocho pode afetar nossos direitos e como enfrentá-lo

Elaboração, distribuição e informações:

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes site: cebes.org.br

Coordenação:

Núcleos do Cebes Distrito Federal, Goiânia e Salvador

Autores:

Alane Andreelino Ribeiro

Cristiane Lopes Simão Lemos

Felipe Ferre

Grazielle Custódio David

Heleno Correa Filho

Isabela Soares Santos

Kathiely Martins dos Santos

Jessica Farias Dantas

João Henrique Araújo Virgens

Luciani Martins Ricardi

Rodrigo Pucci de Sá e Benevides

Silvia Reis

Thais Coutinho de Oliveira

Equipe editorial:

Diagramação e Projeto Gráfico: Francisco Barbosa

Ilustração: Bruno Cared

Brasil, julho de 2018.

Esta cartilha foi baseada no texto “Políticas Sociais e austeridade fiscal”.
Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2017/11/Austeridade.pdf>

Sumário

Apresentação

1. O que são Direitos e Políticas Sociais?
2. Que história é essa de austeridade?
3. Como as medidas de austeridade influenciam nossas vidas e nossos direitos?
4. Quais as consequências sociais desse arrocho? Precisa ser assim?
5. Como derrubar os efeitos da crise econômica?



Apresentação

Essa cartilha aborda de forma simples e direta o tema das políticas de austeridade e quais são suas consequências para o povo brasileiro. A partir desse material pretendemos dialogar, informar e possibilitar o estudo individual ou coletivo de educadoras e educadores populares, assessorias, militantes e pessoas interessadas no seu uso como **instrumento de aprendizagem e/ou apoio pedagógico** para atividades educacionais e de formação.

Que história é esta de austeridade? O que cada brasileiro tem a ver com isto? Esse termo está ligado ao universo da economia e costuma estar distante do nosso cotidiano. Mas pode acreditar que acaba afetando diretamente nossas vidas.

A tal da Política de Austeridade vem sempre acompanhada de corte dos direitos sociais historicamente conquistados. A justificativa do governo é que precisa diminuir as contas para controlar a crise econômica e o país avançar. **Mas será que para o país avançar é preciso cortar gastos sociais?**

A parcela da sociedade que acredita no modelo de Estado neoliberal acredita que sim! Mas os críticos deste modelo acreditam que não! A redução dos investimentos acaba desacelerando a economia, tendo consequências por exemplo no aumento do desemprego ou na redução do número de pessoas que trabalham com carteira assinada, obrigando-as a atuar na informalidade. **Assim, as políticas de austeridade que são vendidas pelos governos neoliberais como solução para o problema da crise trazem consequências que afetam diretamente a qualidade de vida de uma grande parte da população.**

É por isto que o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes considerou importante produzir um material educativo para esclarecer melhor sobre este assunto que está cada dia mais presente na vida da nossa gente. Entender melhor sobre este problema é um passo muito importante para evitar retrocessos históricos em relação aos direitos sociais já conquistados.

Desejamos uma ótima leitura!
Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes

*“Por um mundo onde sejamos
socialmente iguais, humanamente
diferentes e totalmente livres”*
- Frase atribuída à Rosa Luxemburgo

O que são Direitos e Políticas Sociais?



Os direitos sociais estão relacionados ao **direito coletivo** de acesso a um conjunto de políticas e serviços – como saúde, educação, aposentadoria – que possa assegurar às pessoas um mínimo de dignidade e bem viver. No campo econômico e político dos países, **austeridade** é um termo relacionado principalmente

com a ideia de reduzir ao máximo as despesas do governo restringindo as políticas sociais, enquanto pouco se modificam as despesas financeiras, como o pagamento de juros que são mantidos sem muito questionamento.

Outras palavras muito utilizadas nos governos que implantam medidas de austeridade são: responsabilidade fiscal, ajustes monetários, equilíbrio das contas... O uso desses termos vai ficando cada vez mais comum e sempre aparecem com a ideia de que o governo deve ter responsabilidade em relação aos gastos sociais. **A impressão que passam é que não existem alternativas**, e que é “preciso cortar na carne” para se ter um país melhor.

Mas será que a melhor saída é mesmo cortar políticas sociais?

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns países entenderam que, para se reerguer, era importante adotar sistemas amplos de proteção social em relação à educação, saúde, direitos humanos, aposentadoria, pensões, renda, etc. O conjunto dessas ações ficou conhecido como Estado de bem-estar social.

Enquanto no neoliberalismo propagam-se as soluções de mercado, com redução do Estado, dos gastos públicos e focalização das políticas sociais, no Estado de Bem-Estar Social há certa intervenção do Estado na economia a fim de reduzir as **desigualdades sociais**.

Lembre-se! Os neoliberais também querem intervenção do Estado, mas para seus próprios bolsos!!

É importante destacar que o Brasil, apesar de garantir uma série de direitos via Constituição Federal de 1988, **não chegou a estruturar um Estado de Bem-Estar Social consistente**. Mesmo as conquistas legais nunca foram plenamente desenvolvidas, pois após a promulgação da Constituição o país já passou a conviver com a implementação de políticas neoliberais, que privilegiam o capital das grandes empresas privadas em detrimento das políticas sociais.

Atualmente, a reforma trabalhista, o desmonte da previdência social, as privatizações e o novo regime fiscal do “teto dos gastos” são os principais exemplos de ataque às conquistas brasileiras inspiradas no Estado de Bem-Estar Social. Para o Cebes, é preciso ir além do Estado de Bem-Estar Social, rumo à democratização da sociedade, ao bem viver e às mudanças nas estruturas e relações de poder.



Que história é essa de austeridade?

O termo austeridade, quando se refere a um tipo de política adotada por um governo, significa uma “poupança forçada”, com corte no orçamento público das políticas que promovam direitos. O Brasil, a partir de 2014, adotou a política econômica de austeridade com o objetivo de utilizar o que foi “poupado” para “arrumar” a economia pagando juros da dívida pública. Em outras palavras, tira dinheiro público que iria para o povo e direciona para os grandes financistas, os grandes bancos.

Além disso, os cortes orçamentários nunca ocorrem no grupo dos mais privilegiados, como foi evidenciado nos recentes escândalos de auxílio moradia para políticos e juízes que fazem parte das carreiras públicas com os maiores salários e geralmente já possuem imóvel próprio. **As reduções são sempre direcionadas para o “lado mais fraco”,** para os mais vulneráveis, por exemplo, para os que dependem do Programa de Aquisição de Alimentos ou do Bolsa Família.

Assim, essa transferência do dinheiro público dos mais pobres para os mais ricos aumenta a injustiça social e amplia ainda mais as desigualdades, num país já bastante desigual, em que **apenas 6 homens concentram a mesma renda que a metade mais pobre do país.**

Essas medidas de austeridade também não atendem a seus próprios objetivos. Apesar da promessa de recuperar a economia dos países em crise fiscal, o que a austeridade faz é aprofundar a crise.

Diversos estudos mostram que quando a economia não vai bem, os governos precisam investir em talento humano, tecnologia e infraestrutura para ativá-la. A redução do investimento do governo federal só aprofunda a crise econômica.

Até o Fundo Monetário Internacional - FMI, um dos maiores defensores da austeridade nas décadas de 80 e 90, agora assume que **essa política neoliberal aumenta a iniquidade social e coloca em risco uma trajetória de crescimento durável da economia, além de ter alto custo para o bem-estar social e aumentar o desemprego.**



Fazer o contrário da austeridade, ou seja, manter o investimento público em políticas sociais, tem um efeito multiplicador positivo para a economia do país. **Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostrou que a cada R\$ 1,00 gasto com saúde, ocorre um aumento esperado do Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,70. E para cada R\$ 1,00 gasto em educação, o aumento do PIB esperado seria de R\$ 1,85.**



Como as medidas de austeridade influenciam as nossas vidas?

É preciso saber que as medidas de austeridade têm sido implantadas por diversos governos ao longo dos anos. Mas o destaque maior se deu recentemente com a aprovação da **Emenda Constitucional 95**, em dezembro de 2016, conhecida como “emenda do teto dos gastos”, “Emenda do Fim do Mundo” ou “Pacote das Maldades”.

Esta mudança na constituição congela por 20 anos as despesas com políticas públicas e investimentos sociais, ignorando o crescimento e envelhecimento da população. Ou seja, o dinheiro das políticas sociais que atendem muita gente está sendo reduzido para que o dinheiro vá para as mãos de poucos. O mais crítico é que em relação a esta medida de austeridade o Brasil foi um dos países mais radicais do mundo, pois um estudo do IPEA mostrou que de 26 países que adotaram essa política de teto de gastos públicos, nenhum fez isso mudando a constituição, nem por um prazo tão longo como os 20 anos, nem sem prever nenhum crescimento da despesa. **Por isso estamos vivendo o arrocho mais arrochado do mundo!**

Um dos problemas do congelamento de recursos por vinte anos é que, considerando que a economia nunca fica para sempre ruim ou para sempre boa, o governo não poderá ampliar as políticas públicas que garantem os direitos da população quando ela vier a melhorar. Os gastos estão congelados por lei, ou seja, tem um teto. E este teto tem um limite muito baixo.

Com o teto dos gastos, o governo federal se furtou da tarefa de investir o suficiente em políticas sociais, quebrando o pacto de divisão de tarefas e de financiamento que mantinha com os estados e os municípios. E aí a situação é que cada município ou estado fica por si só e todos eles

contra as políticas dos direitos do povo. Com a redução do dinheiro que deveria ser investido em saúde pública, por exemplo, o município passa a oferecer menos serviços públicos de saúde.

Os serviços públicos pioram e nesta lógica perversa a privatização acaba se tornando a solução, obrigando a população a pagar pelos serviços. É assim que a privatização se torna um dos pilares das Políticas de austeridade, favorecendo o lucro das grandes empresas. É assim que o governo começa a repassar para as famílias a responsabilidade de serviços de educação, saúde, previdência e segurança, ou sugerir a privatização de parques urbanos, rodovias... Inclusive de importantes empresas públicas por empresas estrangeiras, o que significa perda de soberania nacional. Grupos que já são mais vulneráveis ficarão ainda mais.

Neste cenário de políticas de austeridade a propaganda contra o serviço público aumenta. Este sempre é acusado de ultrapassado, gerador de gastos e de impossibilitar o progresso do país. A mídia dominante trabalha muito para convencer os trabalhadores que o sacrifício das perdas sociais é a única saída para o país. E muitas pessoas acabam acreditando e até defendem estas medidas que são catastróficas para a maioria da população.



Não, errado! A inflação caiu em relação ao ano anterior, o que dá a falsa impressão de que as coisas melhoraram.

Isso ocorreu porque as pessoas diminuíram o consumo em decorrência da alta taxa de desemprego e consequente redução da renda das famílias. Enquanto isso.. itens essenciais, como remédios, gás de cozinha e combustíveis aumentaram bastante o preço.

Os que apoiam e ganham dinheiro com isso vão dizer na TV, nos jornais e na Internet que está tudo bem e que, assim como na economia doméstica, o governo só pode gastar o quanto ganha. No entanto, a economia de um país não funciona como o orçamento de uma família. Se o governo reduz a despesa com políticas sociais e investimentos, reduz a renda e o consumo da população mais pobre. Na economia de um país, os investimentos públicos geram empregos e aumentam a renda que circula no país, gerando mais renda. Reduzir políticas públicas que geram renda ou bem estar para a população mais pobre só vai reduzir o crescimento da economia. Ficou confuso? Veja o exemplo abaixo:

Se comprarmos menos no mercadinho, esse mercadinho vai ter redução de renda e pode ter que demitir um dos seus empregados ou contratar menos e a família desse microempreendedor teria renda menor e consumiria menos também.



Quais as consequências sociais desse arrocho no Brasil?

Precisa ser assim?



As crises e o arrocho (chamado de austeridade para tentar nos convencer de que não é tão ruim) sempre acabam pressionando para o lado mais fraco, ou seja, as aposentadas e os aposentados, as desempregadas e os desempregados, as trabalhadoras e os trabalhadores e até as donas e donos de pequenas empresas.

Você certamente já viu várias pessoas ficando desempregadas e vários pequenos comércios fechando nos últimos anos, situações que não afetaram os grandes bancos e as grandes multinacionais, pois passaram por “problemas” mas receberam dinheiro público dos governos. O Banco Itaú, por exemplo, aumentou em 10% seu lucro em 2017, atingindo quase 25 bilhões de reais, ou 100 milhões por dia útil.

Enquanto em 2016 o Governo Federal, com apoio do Congresso Nacional, estabeleceu o “teto dos gastos” que afetou inclusive o finan-

ciamento do SUS e mais de 1,5 milhão de pessoas deixaram de ter planos de saúde, as grandes operadoras desses planos privados aumentaram seus lucros em mais de 66%.

Isso porque a opção do governo tem sido arrochar para o lado do povo, tirando direitos sociais e trabalhistas e tentando dificultar nossa aposentadoria, em vez de, por exemplo, acabar com o privilégio dos super ricos, taxar as grandes movimentações financeiras, cobrar as grandes empresas que possuem débitos gigantescos com a previdência. Isso é uma escolha que certamente não favorece o povo. **Este é o arrocho mais arrochado do mundo!**

E os efeitos dessas reformas (ou deformas!) são o aumento do desemprego; cortes em benefícios sociais; piora nos sistemas públicos de saúde e educação; aumento da pobreza, da fome e das desigualdades sociais; aumento de doenças físicas e mentais, como depressão, ansiedade e até do suicídio, além de muitas outras coisas. Isso já foi visto em outros países que adotaram pacotes de maldades sob o nome de austeridade e também vem sendo vivido na pele pela população brasileira, especialmente **na vida das mulheres, da população negra, indígena, idosa, das pessoas com necessidades especiais...**



IGUALDADE



EQUIDADE

Como derrubar os efeitos das crises econômicas?

A alternativa para sair da crise não é cortar gastos cegamente, pelo contrário, é investir mais onde mais importa para a população. Gastos sociais com previdência, educação, saúde, geração de emprego e renda e benefícios assistenciais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aumentam o dinheiro circulante e a riqueza do país, ao permitirem o aumento dos mercados locais e das oportunidades de emprego e renda. No entanto, a opção do governo tem sido reduzir essas despesas para garantir dinheiro para pagar os juros reais mais altos do mundo. Como ninguém quer perder dinheiro, os mais ricos vão proteger seu acúmulo em reservas mais seguras, como em aplicações bancárias, ao invés de colocar dinheiro na produção, o que estimularia a economia e aumentaria a oferta de empregos.

Em 2008, com a crise econômica internacional, o Brasil fez o contrário de outros países: em vez de cortar gastos sociais, investiu mais recursos em políticas sociais, o que manteve a economia brasileira aquecida e levou a população a ficar mais protegida dos efeitos da crise econômica que atingiu vários países. No curto prazo, fazer o dinheiro circular nas mãos do trabalhador é melhor do que deixar parado em aplicações.

No longo prazo, quando o dinheiro chega nas mãos de famílias, evita que crianças e adolescentes tenham que trabalhar antes de terminar seus estudos. Quanto mais gente estudando, mais qualificada e criativa se torna a força de trabalho de um país. **Com investimento em ciência e inovação, o país aumenta o valor de seus produtos e serviços e melhora a qualidade de vida da população.**



Ou seja, coletivizar os esforços para reerguer a economia do país é muito mais eficiente do que cada um por si, não é!?

Para fortalecer a economia brasileira, além de retomar o investimento social, também é necessário reduzir a ampla desigualdade. Uma de suas maiores causas está no sistema tributário que é bastante regressivo, isso quer dizer que ele pesa mais sobre os pobres do que sobre os mais ricos. Por isso, é necessária uma reforma que redistribua a carga tributária, **diminuindo os impostos sobre os mais pobres e a classe média, como os que incidem sobre o consumo. Ao mesmo tempo, é possível aumentar os tributos sobre os mais ricos, como impostos sobre a renda e as grandes propriedades, como já ocorre na maioria dos países mais desenvolvidos.**

No Brasil, os super ricos pagam o mesmo imposto sobre a alimentação que a classe média e os pobres. Isso significa que, proporcionalmente, os mais pobres estão pagando mais impostos do que os mais ricos. Cerca de 10% das famílias mais pobres do Brasil destinam 32% da sua renda para o pagamento de tributos, enquanto 10% das famílias mais ricas destinam 21%. Já os super ricos, 0,05% da população brasileira, pagam apenas 6,7% de seu rendimento em tributos.

O saldo futuro de receitas, decorrente de aumento da arrecadação em razão da retomada do crescimento econômico, não poderá ser utilizado para investir nas políticas públicas, dada a regra do teto de gasto. Os impactos da austeridade sobre as políticas sociais a gente vive no dia-a-dia, mas vimos que existem alternativas. Então devemos exigir que a política de austeridade seja anulada, que a Emenda Constitucional 95 seja revogada, e que o país retome e amplie os investimentos sociais para reagir a crise! **Nenhum direito a menos!**



"Comemorar inflação baixa com
desemprego, doença e morte
é como comemorar que não se
tem cáries quando se perderam
todos os dentes."

Nenhum direito a menos!

Organização:

cebes
Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

Apoio:



medico international